

Senado Fed.

A VOLTA DO CONGRESSO

Briga entre ACM e Jader faz governo sair perdendo na instalação da subcomissão que vai investigar as ligações de Eduardo Jorge com o TRT

Deu tudo errado

Rudolfo Lago

Da equipe do Correio

O presidente Fernando Henrique Cardoso continuará sendo refém da eterna briga entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA). Na instalação da subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado que estará encarregada de investigar o envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira com o esquema de desvio de recursos da obra do TRT de São Paulo, ACM e Jader voltaram a se enfrentar, cada qual buscando uma forma de assumir controle sobre a apuração para negociar, mais tarde, esse poder com o governo.

Pela manhã, Jader escolheu para representar o PMDB na subcomissão os senadores Pedro Simon (RS), Amir Lando (RO) e Renan Calheiros (AL). Simon e Lando são críticos do governo. Renan tem mágoas do presidente Fernando Henrique desde a sua saída do Ministério da Justiça. Ao escolhê-los, Jader mantém tensa a corda das suas relações com o governo. A forma como os três atuarão na subcomissão dependerá da sua capacidade de controle e do tratamento que receber do Palácio do Planalto.

A estratégia de Jader para conquistar poder na apuração do caso Eduardo Jorge gerou no fim do dia uma reação de ACM. O presidente do Senado solicitou à Secretaria-Geral da Mesa um estudo sobre a possibilidade de a subcomissão pedir quebras de sigilo telefônico e fiscal dos que vierem a ser investigados. Há a possibilidade de que se use como brecha o artigo 50 da Constituição, que afirma que a Mesa do Senado tem poderes para solicitar qualquer informação, mesmo sigilosa, aos ministros do governo, que incorrem em crime de responsabilidade se recusarem responder. Assim, entendem que a subcomissão poderá, por exemplo, solicitar ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, informações sobre as ligações telefônicas de Eduardo Jorge. Ou ao presidente do Banco Central sobre as suas movimentações bancárias.

Jader e o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), almoçaram ontem com Fernando Henrique e garantiram que o partido não vai criar constrangimentos para o governo na apuração do caso Eduardo Jorge. Jader disse ao presidente que não tinha saída. Na CCJ, o PMDB tem oito titulares. Além dos que foram escolhidos, os outros eram o próprio Jader e o senador Ramez Tebet (MS). E Tebet disse a Jader que não queria estar nessa subcomissão. "É uma estratégia dele (Jader). Mas é uma estratégia arriscada. Não sei se ele terá controle sobre os senadores que indicou", comentou ACM, com amigos.

UM MÊS DE HOLOFOTES

Para quem imaginava a subcomissão da CCJ como a possibilidade de uma solução rápida para o caso, provocando o mínimo possível de des-

Joel Rodrigues / Photo Agência



CALHEIROS (E), PRESIDENTE DA COMISSÃO QUE VAI APURAR O CASO EDUARDO JORGE, COM ROMEU TUMA: MÁGOAS DE FHC

QUEM É QUEM

Os integrantes da subcomissão que vai ouvir Eduardo Jorge:

PMDB

Renan Calheiros (AL):

Será o presidente da subcomissão. Entre os peemedebistas, é o que segue mais de perto as orientações do presidente do partido, senador Jader Barbalho (PA). Sobre ele, Jader tem controle. Mas Renan tem grande mágoa do governo Fernando Henrique, pelas circunstâncias da sua demissão do Ministério da Justiça. Renan divergiu do ministro da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, na escolha do diretor da Polícia Federal, e foi frito.

Pedro Simon (RS):

Tem uma posição de independência em relação ao governo. Seus gestos teatrais e a sua eloquência já provocaram muita dor de cabeça no presidente Fernando Henrique. É famoso por decapitar ministros que

se envolvem em escândalos. Já assinou o pedido de CPI para o caso, proposto pela oposição.

Amir Lando (RO): Também é independente em relação ao governo. Foi o relator da CPI do PC, que levou ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Não incomoda tanto quanto Simon, mas desde a CPI do PC não tinha um palco tão bom no Senado para voltar a brilhar.

PFL

José Jorge (PE): Será o relator da subcomissão. É a garantia de tranquilidade que resta ao governo. Como não é ligado ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), poderá não embarcar num clima de pirotecnia, se essa vier a ser a consequência na investigação da disputa entre Jader e ACM. No PFL, é do grupo do vice-presidente da República Marco Maciel e do presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC).

Edison Lobão (MA): Ligado ao senador José Sarney (PMDB-AP). Tem posição governista, mas fará o que Sarney julgar mais conveniente.

PSDB

José Roberto Arruda (DF): É o líder do governo no Senado. Essa é uma garantia de que não vai provocar grandes incômodos. Mas sempre é bom lembrar que foi Eduardo Jorge que conduziu o governo a apoiar a eleição do governador Joaquim Roriz, sepultando de vez qualquer chance de Arruda vir a ser governador do DF.

OPOSIÇÃO

Jefferson Péres (PDT-AM): Relatou o processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Já pertenceu à base do governo. Foi do PSDB. Saiu do partido pelas divergências que tinha com os rumos da gestão FHC. Declarou que a subcomissão é inócua. Ainda assim, aceitou ser o seu vice-presidente.

gaste para o governo, o dia de ontem acabou sendo um tiro pela culatra. No PMDB, Pedro Simon já assinou o pedido de CPI proposto pelos partidos de oposição. Agirá como um aliado do único representante das oposições na subcomissão, o senador Jefferson Péres.

Além disso, a subcomissão já vai começar com uma agenda bem mais extensa que o simples depoimento de Eduardo Jorge. Já foram apresentados 16 requerimentos à subcomissão solicitando os depoimentos de nove pessoas. Além de Eduardo Jorge, vão depor Martus Tavares e Andrea Calabi (para explicar porque, como ministros do Planejamento, solicitaram créditos suplementares para a obra do TRT); o deputado do PT de Mi-

nas Gerais João Coser (que, como relator do Poder Judiciário, destinou recursos para a mesma obra); o presidente do Tribunal de Contas da União, Iran Saraiva (para justificar o fato de o TCU ter considerado a obra irregular ignorando os pareceres dos seus auditores); o ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho Wagner Pimenta (para explicar a participação do TST na liberação das verbas); o ex-deputado Hélio Rosas (principal defensor no Congresso da obra); a deputada Ieda Crusius (que presidiu uma comissão especial que avaliou em 1996 um relatório do TCU sobre obras irregulares), e os procuradores Luís Francisco de Souza e Guilherme Schelb (autores das ações contra Eduardo Jorge). São depoimentos su-

ficientes para mais um mês de holofotes sobre o caso.

Os oposicionistas, porém, ainda desconfiam da subcomissão. "É inócua. O governo vai armar um circo para Eduardo Jorge dar seu show", criticou o senador Jefferson Péres (PDT-PA) que, no entanto, será o vice-presidente da subcomissão.

Hoje, a subcomissão fará a primeira reunião para definir a sua agenda. O mais provável é que defina o depoimento de Eduardo Jorge para amanhã. Mas há uma proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), suplente da subcomissão, para que os procuradores Luís Francisco e Guilherme Schelb sejam ouvidos antes para detalhar o que apuraram contra Eduardo Jorge. O PMDB e o PFL são contrários a essa hipótese.